

Democrático e popular?

EDMUNDO FERNANDES DIAS

PROFESSOR APOSENTADO DE SOCIOLOGIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

“Infeliz o país que precisa de heróis”
Bertold Brecht

O final do século XX pareceu, a muitos, ter sido o da derrota total. Dito, repetido e massificado pela mídia e pelos poderes. A década de 1980 no Brasil estimulava, de maneira vívida e fugaz, nossa imaginação, fortemente combatida pelo terror do AI-5. A crise das organizações democráticas parecia não ter fim. Os dominantes – da direita clássica ao tucanato – quiseram nos fazer crer que a história terminara. Não mais os grandes projetos, mas, as *utopias... possíveis*. No justo momento em que o tucanato imaginava ter emplacado os seus “vinte anos gloriosos”, refundando a seu modo o capitalismo, a população fez ainda um renovado e decisivo esforço para afirmar-se. Uma imensa massa de vontades, díspares, contraditórias, resolveu dar um paradeiro ao pesadelo. Criou-se, assim, uma nova cena política marcada pela profundidade da imensa crise social.

A vitória eleitoral, espécie de Fora FHC, trouxe uma nova realidade. Um governo, como veremos mais adiante, com forte apelo de massa mas que implementa as mesmas políticas macroeconômicas anteriores. O Fora FHC não veio com o Fora o FMI, muito pelo contrário. Queremos tentar desvendar os traços dessa relação de forças. O fato de que Lula tenha tido uma militância histórica no movimento sindical e uma enorme popularidade não lhe confere, de imediato, uma legitimidade para além da luta de classes. É bom ter sempre presente que eleição alguma apaga as condições histórico-concretas onde o governo vai atuar. Nem seu passado. As ilusões, com frequência, têm um preço elevado: não se pode, impunemente, por mais forte que seja o apoio popular, renegar todo o conjunto de lutas do passado em nome de um futuro que, se espera, virá quase que fatalmente.

Os sucessivos programas do PT e de seus aliados comprovam o rebaixamento das suas propostas. Fazia-se necessário criar a governabilidade, ainda que essa palavra não fosse pronunciada. Ou, quem sabe, *governança responsável*, como preferem os teóricos de uma Terceira Via cada vez mais irreal e risível. Do “sem medo de ser feliz” passou-se ao “a esperança venceu o medo”. De elemento conclamador passou-se a uma postura delegativa. Às massas cabe eleger... e confiar, parece ser o pressuposto. Tudo se fará *em seu nome*, com a sua *legitimidade*.

Dar à palavra mudança o significado da transformação social indica o sentido da ação que se faz necessária para criar uma sociedade socialista. Se as eleições foram marcadas pela necessidade das transformações, o que vem ocorrendo não é isso. A militância cindida entre o movimento e o apoio ao governo vaga entre a necessária autonomia e a adesão plena e incondicional.

■ O transformismo como método

Lewis Carrol, ao escrever as aventuras de Alice, estava longe de imaginar o quanto a política de um país como o nosso poderia copiar o seu texto. Alice e *Humpty Dumpty* travam um elucidativo debate. Alice objeta o sentido de uma palavra, ao que *Humpty Dumpty* responde: “quando uso uma palavra ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais nem menos”. Alice não se conforma e, segura de sua lógica, retruca: “a questão é saber se o senhor *pode* fazer as palavras dizerem coisas diferentes”. *Humpty* imperialmente sentencia: “a questão é saber quem é que manda. É só isso”.

Sob a aparência do paradoxo, esse curto diálogo fala do poder das palavras e das palavras do poder; de concepções de mundo, projetos políticos, da materialidade da vida social. As ideologias não são nunca ingênuas. Expressam o sentido e a direção da luta e organizam as intervenções concretas na luta das classes. Quando alguém usa as palavras de um discurso e realiza os seus enunciados está, de fato, implementando uma dada visão de mundo e os projetos políticos construídos por ela. Mesmo que acredite estar realizando o seu oposto e mesmo que tais projetos sejam os do(s) seu(s) adversário(s).

Tommaso di Lampedusa immortalizou, no célebre romance *Il Gattopardo*, o transformismo, procedimento central na política burguesa, que expressa a

necessidade de obter a legitimidade das massas e atender às necessidades reais do capital. *É preciso que tudo mude para que tudo permaneça*: eis a sua síntese. Assim vem procedendo o governo que se elegeu em nome das esperanças, de mutação de práticas e discursos, e implementa a racionalidade que anteriormente negava.

Uma ideologia, quando separada e posta em contraposição a sua antiga base social, se revela como um discurso que consegue dar coerência às formulações mais contraditórias e apresentar como ruptura o que é continuidade. Pode afirmar que um futuro radicalmente diferente possa ser gestado por um atual que o nega de forma absoluta. E apresentar como natural o que é histórico e assimetricamente contraditório. Pode até mesmo dar um certo alívio às consciências militantes, pegadas no contrapé da política. Mas, seguramente, não as armará para a transformação da totalidade social.

Vivemos uma conjuntura marcada por uma perspectiva de realização de projetos pelos quais lutamos desde a implementação da ditadura e, para alguns, mesmo desde antes. Isto nada tem de automático. As classes dominantes, seus intelectuais e seus representantes políticos reagiram. FHC e seu bloco político desferiram um golpe fantástico e mortal: o da *transição*. A pretexto de uma passagem civilizada no comando da nação, essa transição teve o efeito de neutralizar as críticas ao governo anterior, de inviabilizá-las. Os tucanos, confiantes na ausência de crítica, reagiram fortemente às poucas e parcimoniosas feitas então. Perdeu-se, assim, naquele momento, uma possibilidade efetiva de apresentar um primeiro balanço da situação real que o novo governo encontrou. *O movimento tático obstaculizou fortemente o norte estratégico*. O avanço social foi enfraquecido com essa trégua explícita ao antigo adversário. Lula repetia melancolicamente Montoro: dava um atestado de idoneidade ao governo anterior.

Sob a égide da palavra de ordem “A esperança venceu o medo”, uma maré vermelha tomou as ruas e as praças. Nunca se vira coisa igual. Manifestações como essa, talvez, só no clima da conquista da Copa do Mundo. A posse foi apoteótica. Os trabalhadores romperam o protocolo e, simbolicamente, tomaram posse também. Acabada a festa, apesar de continuar a peregrinação ao santuário do Alvorada, o desafio agora era outro: o de governar este país. Cada um parecia ser um governante. E teria de sê-lo.

O clima das eleições foi o da necessidade das transformações, mas, o que vem se concretizando sequer são mudanças significativas. Não realizá-las

significa colocar em questão a grande vitória popular. Os efeitos práticos, caso isso não ocorra, serão desastrosos. Passados os três primeiros meses da posse já temos condições de fazer uma análise mais concreta a partir das tendências construídas pelos neogovernantes.

As contorções ideológicas, os usos metafóricos de palavras e gestos, não conseguem, apesar da repetição e do “talento” desses atores, negar a natureza dos atos. Muitos têm se surpreendido com a atuação governamental. Intelectuais próximos ao governo falam em “esquizofrenia”, dada a mutação programática implementada. O governo fala em “honrar os compromissos” mas o faz seletivamente: com o mercado sim, com a população não.

Apesar de tantas rupturas (táticas para os mais otimistas) em relação ao programa histórico da oposição, *aggiornamenti* de posições, contorcionismos ideológicos vários, alguns militantes vêm manifestando publicamente a crença de que o resultado do processo eleitoral implica a possibilidade de realizar-se as transformações necessárias à nossa sociedade e que, por isso, devemos... dar um tempo! Para eles o novo governo teve pouco tempo e não dá para dizer que tudo já está escrito: nem que as medidas recentes são a sua tônica nem que, seguramente, as mudanças não virão. Já vivemos isso quando a oposição elegeu os primeiros governadores ainda no tempo da ditadura. Era, por exemplo, o discurso dos “montoristas”, contra o qual os petistas sempre se bateram.

O discurso atual não é mais o da crítica. É tempo de autocrítica, é preciso governar, ser propositivo, lembrar os limites colocados pela situação internacional. *Tudo isso como se fôssemos atores passivos em um drama universal.* Não somos atores, somos sujeitos. Lembremos a diferença entre atores e sujeitos. Os primeiros, por mais talentosos que sejam, realizam um papel, vivem as falas e os gestos determinados pelo autor que é sempre um outro, externo. Os sujeitos, pelo contrário, determinam suas falas, não representam. Marx¹ afirmou: “os homens fazem a história mas em condições dadas”. Não se trata de voluntarismo. As condições dadas (*conjuntura como atualização da estrutura*) são, fundamentalmente, o solo sobre o qual a intervenção humana se realiza. Isto se chama política.

¹ Karl Marx. *O 18 brumário*, várias edições.

O misto de euforia e segurança sobre o futuro que nos esperava vivido por muitos militantes despreparou-os para o real. Críticos de governos anteriores, eles supunham que com a vitória de Lula, o horizonte mudaria com relativa rapidez. Ninguém, é obvio, falava de milagres ou os esperava. Mas a tranqüilidade era uma constante, quase como se o futuro já estivesse traçado. Os que não compartilhavam desse clima eram vistos como incapazes de perceber que mudara a realidade. Chegou-se mesmo a dizer que não poderíamos nos contrapor ao governo “democrático-popular”.

Hoje já não é tão fácil nem tão cômodo assumir essa posição olímpica. Aqueles militantes vivem como que uma amnésia seletiva, ideológica. Convivem, em maior ou menor grau de inconformidade, com tudo aquilo que sempre negaram. Mas, dizem, é o *nosso governo, somos governo*. Na realidade, as dificuldades de uma gigantesca e complexa máquina governamental, principalmente no enfrentamento da grave crise capitalista mundial, colocam tarefas que exigem o máximo de capacidade estratégica e não a pura rotina administrativa. Tudo isso para além do enredamento próprio do sistema de alianças construído para a vitória eleitoral.

Aos militantes cabe, e caberá sempre, a responsabilidade maior de não se deixar cegar pelos êxitos reais ou aparentes. E isto está cada vez mais claro com os “enquadramentos”, as “punições” aos “radicais” do próprio partido vencedor. Um partido democrático que não pode conviver com a diferença interna, sequer é formalmente digno desse nome.

Militantes mais apaixonados sustentam a tese do “governo-cabo de guerra”. Lula teria sido seqüestrado pela direita e pelo FMI e teríamos de resgatá-lo, puxá-lo para a esquerda. Fazer o contrário, exercer a liberdade de crítica e avançar na luta social, seria entregá-lo aos braços da direita. Filme que já passou muitas vezes na tela da história. O governo ficou prisioneiro das suas alianças e repetiu a cantilena tucana: é necessário ampliar ao máximo a base de sustentação parlamentar. Obviamente, as alianças feitas para ganhar a eleição tinham um preço que, já desde a posse e antes mesmo dela, vem sendo repetidamente cobrado. Isso vem gerando, como não poderia deixar de ser, uma clara inflexão no programa governamental. O postergar para um futuro incerto os programas históricos enquanto oposição, sob a capa de garantir a governabilidade, a afirmação de que “agora isso não é possível” não é apenas um adiamento, mas, um deslocamento, uma mutação.

■ ■ ■ A constituição do governo

O segredo da esfinge se revelou com a composição do ministério e com as primeiras medidas. O ministério contemplou posições políticas muito diversificadas. A Agricultura e o Desenvolvimento ficaram diretamente sob o controle dos empresários. A Fazenda reafirmou e radicalizou o acordo com o FMI. O Banco Central, ao qual o “governo das mudanças” pretende conceder autonomia, contrariamente ao que defendera anteriormente, foi entregue a um ex-dirigente máximo do *Bank Boston*, segundo maior banco credor do Brasil e deputado eleito pelo PSDB. Sobre ele, conhecedores da área financeira dizem que, comparado a ele, Armínio Fraga, é personagem menor.

Esse projeto de autonomia, concederá ao BC poderes decisivos na determinação das nossas políticas macroeconômicas. Livre, é bom que se diga, de toda e qualquer pressão política das classes trabalhadoras. Sobre isso, Francisco de Oliveira na sua aula “Em busca do consenso perdido”² expressa, com toda a clareza, os limites sociais da proposta. Para ele, a autonomia é “a anulação da política” e conclui: “elege-se o presidente para não governar”.³ O governo Lula se autolimita em um dos locais essenciais, não apenas para a vitória ou derrota do seu projeto mas, mais do que isso, vitais para a população brasileira. O “mercado”, bem contemplado mas não inteiramente satisfeito, quer muito mais. Basta ver as decisões do Conselho de Política Monetária (Copom), a ampliação do confisco e do superávit primário, etc. Em grande medida, o segundo time de vários ministérios mantém boa parte da equipe de FHC. Tudo ao contrário do esperado pela militância e necessário à realização de qualquer governo que se pretenda democrático e popular.

A passagem dos cargos de ministro foi exemplar: Cristóvão Buarque elogiou o grande ministério de Paulo Renato, Palocci elogiou o competentíssimo Malan e sua política. E as críticas anteriores? Palavras leva-as o vento. Outro elemento não menos importante foi a questão do Orçamento. A equipe de transição mexeu aqui e ali, mas o fundamental estava organizado pela equipe de FHC. *Golpe de mestre*. Para evitar perda de arrecadação, o novo gover-

² Francisco de Oliveira. Em busca do consenso perdido. *Folha de S. Paulo*, 19 fev. 2003, p. A-6.

³ Idem.

no lutou por aquilo que condenou como oposição: a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF), a alíquota do imposto de renda, etc. Tudo isso ao preço do foro privilegiado para FHC, logo generalizado para governadores e prefeitos. *Mais uma vez, os vencidos venceram os vencedores.*

O novo governo parte de um patamar claro. A contra-revolução preventiva, eufemisticamente chamada de reforma do Estado, moldou um conjunto de relações de poder, redesenhando a vida social para redefinir e dar maior eficácia ao Estado sem, contudo, alterar a sua natureza. O Estado brasileiro não é o de um país qualquer: ele é central para os destinos do capitalismo. Georges Soros, ao aplaudir a fala de Lula em Davos, comentou que após o desastre da Argentina, o sucesso brasileiro (do ponto de vista do capital, é óbvio) é vital para impedir a falência política do FMI. Ele sabe muito precisamente do que está falando. Tanto Palocci quando Meirelles indicaram que o aumento da taxa de juros nada tinha a ver com a inflação mas destinava-se a reforçar a confiança dos mercados. Por duas vezes sucessivas, o Conselho de Política Monetária aumentou a taxa Selic. Ao preço, obviamente, da miséria crescente da nossa população, da radicalização ainda maior do endividamento interno e da crucial dívida externa. O aumento do superávit primário anunciado por Palocci demonstra a vontade férrea de “honrar os contratos”.

Consolidada a nova situação, expressão da continuidade, o futuro terá, no mínimo, que ser parido com sacrifícios ainda maiores do que muitos possam pensar. Destruídos os serviços públicos, enfraquecidos os organismos de representação e defesa da sociedade como será possível, mais tarde, construir uma sociedade para além do capital? Só colhemos o que plantamos. Francisco de Oliveira foi enfático: “*está em gestação uma sociedade de controle que escapa aos rótulos simples do neoliberalismo e do totalitarismo*”.⁴ Uma sociedade onde “*as instituições democráticas e republicanas são o pão escasso do circo amplo para manter as energias cidadãos entretidas enquanto os grupos econômicos decidem o que é relevante*”.⁵ Caberá à militância dos movimentos sociais lutar por inviabilizar essa tendência. E isso implicará em

⁴ Idem, grifos nossos.

⁵ Idem.

uma postura autônoma em relação ao estado e de compromisso máximo com a maioria da sociedade.

O discurso ambíguo do ritmo governamental é claro. Se, por um lado, temos que ir com calma “porque não podemos errar”, por outro, quando se fala da contra-reforma da previdência, é exigido o *aqui e agora*, porque, senão, as futuras gerações não terão como se aposentar. Esse terrorismo simbólico ganha sua real dimensão quando se sabe que a Itália gastou mais de cinco anos e a França mais de oito para fazer “reforma” similar. Aqui se chegou a falar em noventa... dias. Fala-se agora em prazo até menor pelas conseqüências que a intervenção americana trará para a economia mundial. João Vaccari Neto, do Sindicato dos Bancários de São Paulo, premiado com uma lucrativa sinecura, dando uma grande mostra de “sensibilidade política”, afirmou: “Até o dia 10 de abril dá para fazer uma revolução. Se tiver vontade política faz-se muito em pouco tempo”.⁶ Diagnóstico que, no mínimo, subestima a capacidade de resistência dos trabalhadores. E dá mostras claras da perda de autonomia desse dirigente sindical que expressou com clareza a posição de sua tendência sindical.

O PFL, travestido de oposição, se dá ao luxo ideológico de exigir pressa na apresentação das propostas e o PSDB, confortavelmente, recrimina o PT, com o apoio da auto-crítica de Mercadante e Palocci, de ter barrado medidas “justas” que agora quer apressar. A militância recebe novo e profundo golpe. O transformismo paga seu preço e permite aos “aparentemente” vencidos falar de incoerência dos “aparentemente” vencedores. Falo em aparentemente vencedores porque o que estava em jogo não era apenas o nome do candidato, mas os destinos da totalidade social.

■ ■ ■ A natureza do governo

Essa é a questão analítica premente. Qual a novidade? Ganhar a eleição ou avançar o projeto de reconstrução da sociedade e das condições de vida da população? Essa polaridade real não apareceu durante o processo eleitoral em toda a sua dramaticidade.

⁶ O Estado de S. Paulo, 22 fev. 2003.

É preciso dizer que apesar de Lula ser um ex-sindicalista, de forte liderança na classe trabalhadora e com legitimidade no seio da maioria da população ele chefiava um governo que vem implementando uma política de radical continuidade do programa de FHC. E não dá o menor sinal de reversão do quadro. Muito pelo contrário. Tarso Genro, em recente artigo, formulou com clareza esse projeto: “*moratória da utopia não para esquecê-la mas para regenerá-la*”.⁷ Pode haver moratória de utopias? O problema está na clara confusão que ele, como ideólogo destacado do atual governo, faz entre o socialismo que deve ser regenerado e os chamados regimes do Leste que devem ser esquecidos. Como chegar lá a partir do que vem sendo praticado? Eis a questão.

Agregue-se a isso à forma da política praticada por Lula. Trata-se de uma fala messiânica que leva *necessariamente* à despolitização e à desorganização. Ele realiza, cristalinamente, aquilo que a velha UDN acusava aos “populistas”: fala diretamente às massas passando por cima das organizações. Desqualifica os partidos, os sindicatos, enfim, as organizações das classes trabalhadoras. Típico desse procedimento foi o seu encontro com as centrais quando afirmou que *estava na hora de parar de trabalhar com o carro de som e passar a discutir os interesses da nação*. Nação? Qual? A dos eternos governantes ou a das classes trabalhadoras?

Ao contrapor nação à classe, Lula reproduz, em outro nível, a discussão, tão cara à burguesia, do combate ao corporativismo: faz dos trabalhadores o reduto deste mal e se transforma, *ipso facto*, em salvador, em porta voz da totalidade social. Desqualifica as centrais e ajuda os capitalistas a combater as organizações sindicais e populares, ao mesmo tempo em que tem em alta consideração as ONGs, aquelas que, segundo ele, trabalham com o coração. Esse movimento é clarificado pela ação de Jaques Vagner, ministro do Trabalho (*sic*), ao propor, entre outras, a eliminação da multa por demissão imotivada. Isso em um país onde o desemprego é enorme e onde o programa do governo dá peso, pelo menos em tese, ao Programa Pequeno Emprego. Curioso ou sintomático?

O traço messiânico não apenas desorganiza mas, sobretudo, deseduca, mistifica a política. Os movimentos sociais são desqualificados. As classes

⁷ *Folha de S. Paulo*. 30 jan. 2003. Grifos nossos

trabalhadoras são chamadas apenas para apoiar. Um apoio irrestrito, automático é o que lhes cabe, nunca o debate sobre as graves questões. Isso fica para os técnicos ou para o Conselho do Pacto Social, cuja composição revela o peso da fina flor dos capitalistas. Recria assim, perversamente, e sem sabê-lo, uma noção de “classes produtivas” que reúne exploradores e explorados irmanados pela idéia de nação, reduzindo as classes a indivíduos atomizados. Concepção que se encontra, em boa medida, retratada nos estatutos únicos dos sindicatos e na legislação trabalhista do Estado Novo.

Esse messianismo laico permite que a política passe da arena dos conflitos e dos movimentos para o espaço *clean* dos técnicos, terreno privilegiado da dominação burguesa, não obstante as freqüentes contradições nas falas de seus ministros. As propostas históricas da militância cedem mais e mais terreno à dos especialistas. A razão técnica reduz a política à retórica conduzindo para uma racionalidade aparentemente desprovida de projetos. Tudo se passa como um espetáculo que *devemos necessariamente* aplaudir. Em tempos de discurso único e de pseudo-inexorabilidades, a história aparece como natureza. Rupturas seriam anticientíficas e mesmo subversivas, como afirma Norberto Bobbio.⁸

O presidente encarna a sabedoria política e os grandes projetos. O economicismo presente nas práticas e nas falas governamentais dificulta enormemente a concretização da chamada socialização da política e a nega como atividade fundamental.

Jogar todas as cartas na institucionalidade sem mobilização popular é aceitar travar um embate entre David e Golias, em que este último tenha, *a priori*, na prática, quase todas as condições de êxito. Com essas alianças, contraditórias com o programa histórico e mesmo entre si, o governo acaba por abrir mão daquele programa. Por que e para quê? Para ter a confiança do mercado, leia-se do capitalismo, e realizar o programa deste? Os aplausos de Davos são sintomáticos. Os organismos financeiros internacionais têm muita clareza de que a questão da miséria é grave. Deve ser enfrentada com políticas focalistas, assistencialistas e preferencialmente aplicadas por governos populares que não busquem alterar a essência da ordem capitalista.

⁸ Norberto Bobbio, *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1986.

A sofreguidão pelas reformas, sem o menor debate público, veio confessada na proposta do deputado João Paulo, presidente da Câmara, de modificações no regimento. Afora a proposta de alteração das regras do jogo para tratorar o debate e aprovar as famosas reformas, aproveitada politicamente pela direita parlamentar, ele foi mais longe. E apresentou a proposta da redução do número de sessões para as... audiências públicas! Relevante e sintomática. O espaço, democraticamente obtido pela sociedade para debater as grandes questões antes que elas fossem à votação no Parlamento, era assim alegremente abandonado para gáudio dos antigos governantes e sua base parlamentar. Não se trata de debater, mas de apoiar. Cidadania? Ora, a cidadania!

■■■ *As alianças: possibilidades e limites...*

Muitos serão tentados a pensar o governo como bonapartista. Não nos somamos a estes. Para que haja bonapartismo faz-se necessário que as forças em presença tenham um tal equilíbrio que necessitem de um árbitro o que, diga-se de passagem, não encontra sustentação no real.⁹ A arbitragem configura não a força do árbitro mas sua relativa debilidade. Afinal, tendo conseguido mais de 50 milhões de votos e com uma legitimidade praticamente incontestável, por que se abandona o programa e se realiza a plataforma anteriormente negada?

Graças ao desequilíbrio geral das forças na sociedade, o peso eleitoral na composição do Parlamento e dos executivos (seja o nacional, sejam os estaduais), a nova correlação de forças não configura um corte radical. A necessidade de compor uma “base de sustentação” levou a uma sucessão de acordos pelos quais o projeto histórico das esquerdas, da oposição, vem sendo rifado, pura e simplesmente. Ao mesmo tempo em que se faz essa “articulação” política fala-se em punições contra os parlamentares petistas que defendem as teses aprovadas no último Congresso do Partido. Que tipo de aliança é essa? Tudo isso é uma opção, nunca uma fatalidade. As opções acabam traçando seus limites e não apenas suas possibilidades.

A construção de uma “base de sustentação” no Parlamento tem um outro óbice fundamental. O governo torna-se, na prática, refém dela. E, como

⁹ Cf. *O 18 brumário*. *Op. cit.*

no (des)governo FHC, essa base fisiológica (do PL ao PMDB, entre outros) cobrará seu preço. O governo, dependente dela, acabará por pagá-lo, em detrimento das propostas de mudança. O PMDB aliou-se ao PFL e para demonstrar ao governo a sua utilidade garantiu a primeira derrota no Parlamento. Que lição o bloco no governo tirou? É preciso incorporar o PMDB. Apesar disso, o presidente da Câmara adverte: “estamos batendo cabeça”. E isso sem uma oposição obstinada. Imaginem quando isso acontecer! *Liberada do “ônus” de governar de forma direta, a direita tentará implementar seu governo parlamentarmente.*

Alianças? O problema reside, fundamentalmente, em como concebê-las e construí-las. As que foram feitas podem ser decisivas no atual momento político mas são e serão um óbice permanente à transformação social. Alianças se constroem, obviamente, com visões diferentes da nossa ou do nosso partido, como gostam de afirmar os nossos governantes, mas dentro de um campo político determinado. Alianças localizadas em cima de “donos de votos” e que sempre se opõem às necessidades das classes trabalhadoras são muito perigosas para um governo que se pretende “democrático e popular”.

O que Sarney e outros do mesmo naipe acrescentam ao projeto de mudanças para além dos votos em sessões parlamentares? Seguramente apoiarão as reformas que querem (a da previdência, a trabalhista e a sindical) pois esse era o programa de FHC e dos partidos da sua “base”, que eles sempre defenderam. Contudo, na hora em que estiver colocada a proposta de uma reforma tributária que ponha freios na sonegação e tribute, por exemplo, as grandes fortunas, esses mesmos aliados terão “razões de consciência” (leia-se: interesses materiais) antagônicas àquelas reformas que, para serem efetivas e reais, terão que limitar a liberdade do mercado. Não é sem certa ironia que os tucanos falam em síndrome do violinista: “*segura com a esquerda e toca com a direita*”.

■ ■ ■ O Pacto social: de “traição” a “necessidade histórica”

Ao longo dos seus primeiros anos o PT tinha um diferencial em relação aos demais partidos. Propunha-se como partido acoplado aos movimentos sociais sem abandonar a via parlamentar. Repito: nos primeiros anos. O debate do pacto social, tanto no PT como na CUT, registrou a negativa da

militância. Do mesmo modo, a ida ao Colégio Eleitoral. A crescente institucionalização do partido, que caminhou *pari passu* ao seu sucesso eleitoral, foi alterando um velho debate entre “partido de quadros e de massas” e o transformando em um partido à esquerda da ordem e agora apenas “da ordem”. A perda das referências internacionais por parte dos trabalhadores foi utilizada progressivamente para pavimentar o caminho de uma compreensão da cidadania liberal desprovida de determinações classistas como se todos fossem iguais na sociedade. A discussão sobre democracia formal e democracia substantiva deixou de ser um tema atraente. A definição do socialismo petista nunca apaixonou, demasiadamente, as direções majoritárias. E foi, para estas, pouco mais do que uma declaração meramente retórica. Um juramento à bandeira, diriam muitos. Agora, no governo, mas não no poder, o debate sobre a cidadania ganha nova cara.

O movimento sindical, majoritariamente, veio desde o final da década de 1980 “atualizando” esse discurso. Sindicato cidadão, propositivo, etc, passou a ser a palavra da ordem coincidindo também com a institucionalização da CUT a partir do 3º Concut. Aqui e agora fica absolutamente claro o discurso de Genro. *Moratória da utopia*. Obviamente, o governo não abandonará, pelo menos no discurso, a utopia. Mas deve regenerá-la, ou seja, adequá-la aos seus projetos atuais. Uma utopia regenerada é um outro projeto.

Os programas “sociais” de FHC serão recauchutados. O Programa Fome Zero, excelente como agitação e propaganda, não parece encaminhar a resolução dos problemas reais. O próprio secretário do Combate à Fome reconheceu que os valores pagos ficaram abaixo do realizado pelo assistencialismo tucano. Nem assim o programa escapou dos cortes draconianos que visam o superávit primário. Pior: aventou-se a hipótese de aumentar a Bolsa-Escola em detrimento de um aumento maior do salário mínimo. Isso porque esse programa não tocava na questão da previdência. É preciso dizer mais? Daí a já citada sensação de “esquizofrenia” nas ações governamentais. Mas, lembra-va o velho Marx, o segredo da sagrada família estava na prática terrestre.

A busca de legitimidade coloca um novo e decisivo problema. A proposta claramente colocada de um “laboratório” para promover o “pacto pela produção contra a especulação”, um *ersatz* de câmara setorial em nível nacional, implica na articulação de setores cujos antagonismos acabarão por impossibilitar os avanços sociais na medida necessária às classes trabalhado-

ras permanentemente espoliadas. Pacto pela produção significa, é claro, que capitalistas e trabalhadores têm, no fundamental, os mesmos interesses.

Os atuais comandantes da política nacional acreditam mesmo na possibilidade de um consenso entre exploradores e explorados? A fala de Lula tem sido absolutamente clara: empresários, ONGs, pessoas ligadas ao mercado, etc., estarão presentes nos organismos da política econômica. Tudo isso leva aparentemente a uma solidez na ação governamental. Somos todos parceiros, dizem. Tendencialmente, contudo, isto leva, em médio prazo, à agudização de contradições no interior da equipe que tem que responder às carências e necessidades das classes que disseram querer mudar.

O Conselho do Pacto, por mais doloroso que possa ser para muitos, é inteiramente biônico. Sua composição é decisiva para a caracterização da natureza do Governo. Nele, os empresários têm um peso brutal, sendo mesmo mais da metade. Os representantes dos trabalhadores são treze (incluindo aí a inexpressiva Central Autônoma dos Trabalhadores, cuja intervenção na sociedade é pouco mais que virtual). Um pouco menos numeroso é o de “personalidades notáveis” (dez). São onze os representantes de movimentos sociais entre os quais está Viviane Senna. Consideração menor se tem com a cultura: apenas dois. Entidades de classe, religiosos e parlamentares aparecem protocolarmente. O governo aconselha-se a si mesmo. Pois, qual é o sentido do presidente e dez ministros estarem aí, já que é um conselho “consultivo”? Oficialmente, os partidos não aparecem. É claro que inúmeros dos indicados têm filiação partidária, mas é sintomática essa “informalidade”. Nem somos ingênuos a ponto de desconhecer isto. Mas, certamente, isto é uma forma particular de desqualificação.

Algumas questões se fazem necessárias. Quem elegeria, por exemplo, as “personalidades notáveis”? Seriam mesmo? Na prática, uma personalidade – critérios de escolha não definidos ou, pelo menos, tornados públicos – tem o mesmo peso formal da CUT! Milu Vilela, leia-se Banco Itaú, grande financiador da campanha, é notável em base a quê? A escolha de Viviane Senna revela que as ONGs, além de serem confundidas com a Sociedade Civil, também o são com os Movimentos Sociais, o que é um problema político e um equívoco teórico. Mas, responda quem souber, quem nos movimentos sociais a elegeria? Lula, o grande eleitor! Seria cômico se não fosse trágico.

O peso político concedido aos capitalistas nessa política está associado, sem dúvida alguma, a uma concepção de soberania. Essa igualação entre

dominantes e dominados, em nome da nação, nos faz lembrar um outro momento. Antes do golpe de 1964 o ISEB, o PCB e outros reduziam a luta social a um par antagônico povo x antipovo. O povo seria marcado pela unidade de proletariado, burguesia nacional e população rural contra o latifúndio e o imperialismo (“o antipovo”). Nessa política de conciliação de classes, com a óbvia subalternidade dos setores populares, havia ainda alguma pretensão abstrata de projeto nacional.

Essa anacronia nos faz lembrar o velho Marx: “A história se repete duas vezes. A primeira como tragédia, a segunda como farsa”. Ela “desconhece”, simplesmente, a forma do capitalismo atual onde os grupos capitalistas, ditos nacionais, contêm todos os setores da economia profundamente imbricados entre si e sob o domínio do capital financeiro internacionalizado e estão quase que totalmente associados aos grupos internacionais. O esquema de privatizações promovido em nome da “modernidade” da nossa economia foi decisivo nesse processo. Não existe, é claro, antagonismo entre produção e especulação; apenas contradições localizadas.

O governo recuou. Assumiu que o conselho não é deliberativo; chegou mesmo a negar que essa fosse sua proposta. A pressão dos sindicalistas demonstrou o contrário. João Felício tinha afirmado (segundo a *Folha de S. Paulo*) que os sindicalistas deveriam ter, pelo menos, direito a vinte assentos no Conselho. Isso indica duas coisas: a) que a burocracia sindical aceitava a idéia do Conselho, reclamando apenas o número dos seus participantes ser tão ínfimo e b) que só faz sentido essa reclamação caso o conselho fosse realmente deliberativo.

Apesar do governo falar em organismo consultivo, muitos parlamentares – de orientações distintas – falam em recusar o “prato feito”, e no constrangimento de ter que negar algo que “veio da sociedade”. O Conselho ou será homologatório ou registrará as decisões tomadas em outros locais. Sua função será, portanto, a de legitimar as propostas que o Executivo enviará ao Congresso.

Lula tem insistido que o Conselho é um avanço democrático, que existe em outros países. Só se esquece de dizer que naqueles locais onde esse Conselho (ou algo parecido) existe, seus membros são indicados pela famosa “sociedade civil” e não pelo governo. Francisco de Oliveira introduz, sobre o Conselho, algumas considerações que merecem nossa atenção: “o que está ali é o que o

*governo entendeu por sociedade civil. Na realidade é um organismo de governo”, “embora amplo, o órgão carece de divergência. (...) Esse é o erro, o grave erro, porque a sociedade tem divergências. Se isso não acontecer será um simulacro”.*¹⁰

A equipe de Tarso Genro, em documento preparatório entregue aos conselheiros, afirma: “*Poderemos dar um exemplo histórico, resolvendo alguns agudos problemas nacionais através de um processo conflitivo de debates e sustentações de pontos de vista, que podem poupar o país de instabilidades sociais e políticas futuras de gravidade*”.¹¹ Como bom documento habermasiano, afirma-se a possibilidade de resolução dos conflitos pelo... debate franco e sincero. Classes? Antagonismos? Embate de projetos? Tudo isso desaparece: a solução é remetida a homens e mulheres de boa vontade. Qual é o “grande desafio do nosso País”?¹² A solução é óbvia: “promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição”,¹³ dentro dos estreitos limites da ordem vigente. Relembremos aqui Bobbio e sua concepção de democracia como defesa das “regras do jogo”. Mas, de que Constituição estamos falando? Da de 1988 ou daquela inteiramente remendada e sucateada por sucessivas medidas provisórias e alterações casuísticas, e que algumas das propostas governamentais visam alterar?

O documento expressa claramente a posição de Lula. Na sua mensagem ao Congresso ele proclamou: “O sentimento de que é preciso acreditar no ser humano e na sua capacidade de realização, em qualquer circunstância, com o vento a favor ou com o vento contra”.¹⁴ Poderiam nos objetar que esse discurso genérico é adequado a uma fala aos parlamentares. Sua conclusão é clara e inequívoca: “Vim aqui propor uma parceria para construirmos juntos o Brasil de nossos sonhos”.¹⁵ Com que política? “combater a inflação, reduzir nossa dívida, gerar empregos e distribuir a renda”.¹⁶ Essa é a famosa

¹⁰ Francisco de Oliveira. *Op. cit.* Grifos nossos.

¹¹ *O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2003. Grifos nossos.

¹² *Idem.*

¹³ *Idem.*

¹⁴ *O Estado de S. Paulo*, 18 fev. 2003, p. A5

¹⁵ *Idem.*

¹⁶ *Idem.*

quadratura do círculo. E para isso é preciso a “máxima austeridade e eficiência em nossas decisões que envolvem os gastos públicos e também os procedimentos administrativos”.¹⁷ Vale dizer: altos juros, cortes nas políticas sociais, etc. Tradução: maior concentração de sacrifícios por parte do conjunto da população. O conjunto dos servidores públicos federais, por exemplo, que teve seu salário congelado durante o reinado tucano e que via com preocupação os 4% previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o reajuste, deverá aceitar a austeridade de um reajuste da ordem de 2,5%, como falou Guido Mantega? Austeridade para quê e para quem?

O documento do Pacto é muito esclarecedor dos seus propósitos: “bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poderá levar a um conflito de ricos e pobres”.¹⁸ Alguma dúvida? O antagonismo das classes pode ser eliminado pelo debate. O brutal cortejo de concentração de renda, violência social e miséria – pode ser efetivamente corrigido. *A utopia regenerada: a regulação*. Ouçamos o que eles mesmos dizem: “O processo de concertação (...) pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes (...) para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um esforço que objetiva a celebração de um novo contrato social”.¹⁹ Cidadania abstrata, sem determinações sociais, vê-se conjugada com a noção abstrata de nação de iguais. De abstração em abstração chegamos à lógica da ação comunicativa. Não apenas a história acabou, a luta também, desejam eles.

Decifra-me ou te devoro é o velho, mas sempre atual, axioma da política. Para o conjunto dos trabalhadores, é fundamental construir e afirmar sua identidade. A diluição dessa identidade, objetivo declarado da direção majoritária do PT, só pode interessar às forças sociais que historicamente se posicionaram contra o povo, entendido como conjunto das classes trabalhadoras. Aquilo que historicamente temos chamado de integração à ordem (redução das posições classistas, afirmação da possibilidade de construção de um pacto pela produção – ver o claro fracasso das câmaras setoriais –, identificação abstrata de uma cidadania entre seres estrutural e profunda-

¹⁷ Idem.

¹⁸ *O Estado de S. Paulo*, 10 fev. 2003. Grifos nossos.

¹⁹ Idem.

mente desiguais, aceitação da tese do fim da história com a automática subordinação ao “mercado”, leia-se ao capitalismo financeirizado) não pode ser eliminada por um golpe de mágica, graças a uma vitória eleitoral.

■ ■ ■ O Pacto resolve?

Lembremos que os partidos ora afastados do governo estão se recompondo. Sem dúvida alguma, figuras como Tasso, Aécio, Alckmin, Jarbas, Sarney, ACM, cada qual à parte dos seus territórios políticos, estão reconstruindo suas posições de força. O PSDB redireciona seus caminhos e encontra em Tasso, Aécio e Alckmin candidatos para ocupar a vaga do velho tucanato paulista (FHC-Serra). Ficam na perspectiva tranqüila de tirar as castanhas (o seu programa) do fogo com as patas petistas que sairão daí bem chamuscadas. Eles estão se constituindo como alternativas ao novo governo, ao mesmo tempo em que se cacifam como interlocutores, por seu peso institucional, com o novo governo. Enfim, o melhor dos mundos. Alckmin fortalece-se, após a reunião com Dirceu e Palocci, como pólo articulador de uma ampliação do arco de alianças “pelas reformas” com a vantagem extra de fortalecer o tucano paulista na sua busca de controlar a legenda do PSDB. Modificada em sua posição anterior, a direita não abrirá mão de ser poder. A possibilidade de um novo centrão, mais capaz e menos fisiológico, não pode ser descartada. Como também não se pode descartar a hipótese de um inchamento do próprio PT por arrivistas.

Compromissos assumidos já estão demonstrando a impossibilidade do atendimento das necessidades fundamentais. Os cortes anunciados sinalizam o sentido e a direção das políticas governamentais. Os constrangimentos da LDO acabaram por justificar a impossibilidade de atender às pressões populares. Afinal, temos de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (já conhecemos o discurso e a prática nos planos estadual e municipal) no quadro da subordinação ampliada ao FMI e às demais instituições financeiras internacionais. As questões do salário mínimo, do pequeno ou escasso reajuste salarial para os servidores públicos, da privatização da Previdência, da saúde, da educação, colocam a possibilidade de enfrentamento das classes trabalhadoras com o governo. A lua-de-mel da população com o governo tende a esgotar-se.

Os riscos da situação são enormes. As possibilidades também. A grande maioria da população – e a direita estará instrumentalizando isso – irá cobrar os projetos históricos do PT. O governo pode fazer o discurso dos grandes interesses nacionais mas ser-lhe-ão lembradas suas propostas passadas. A possibilidade de descumprir suas promessas pode levar a um grau intolerável de pressão. Na campanha, Lula fez questão, ao responder uma questão sobre o MST, de lembrar que este país tem leis. Como se comportará diante das pressões populares? Os constrangimentos internos e externos forçarão o governo a atuar de acordo com as políticas do FMI, Banco Mundial e OMC...

Lula pode tentar equilibrar, cesaristicamente, a direita e as massas. Nesse caso, a desproporção entre carências (de muitos) e interesses dos que controlam a economia, a política, a cultura obrigará a posicionar-se a favor de um ou de outro. O fio da navalha normalmente corta do lado do mais fraco. Uma coisa é certa: a paciência da população está condicionada ao julgamento de possibilidades abertas pela eleição. Obviamente, a população não raciocina como os militantes. A imensa dívida social será cobrada não por radicalismo, mas por ser expressão de todas as carências vividas.

O papel das direções dos movimentos é, aqui, vital: a idéia de uma tré-gua é constantemente proposta, o que, em médio prazo, tende a agravar as tensões. Lembremos que o discurso da governabilidade é sempre o da solução pelo alto. Os movimentos sociais estarão sempre, no mínimo, diante da possibilidade de serem considerados entraves à modernização. Apesar da militância, pelo menos em tese, entender a política para além dos limites do imediatismo, ela já começa a dar sinais de desconformidade. O preocupante é que o governo e o partido usam a linguagem burocrática da punição, ao invés do exercício político do convencimento e quando não usa a tática do rolo compressor. Se o quadro é de aceitação de uma nova compreensão do real e das práticas e tarefas daí decorrentes poderiam, pelo menos, como alguns partidos social-democráticos o fizeram, alterar, via congresso partidário, as posições que ora rejeitam. Como manda a *realpolitik*: *se não dá para mudar o real, mude-se o programa*.

A “experiência Lula” é decisiva não apenas para os movimentos sociais e para a esquerda no nosso país, mas, fundamentalmente, afeta a vida dos povos em escala mundial, em especial os da América Latina. Esterilizar-se como proposta significa retardar em décadas qualquer possibilidade de eman-

cipação. A direita internacional acompanha-a de perto. A subalternidade do governo Lula em relação aos desígnios do capital é para ela não apenas decisiva mas uma importante vitória estratégica. Significa confirmar a tese de que basta seguir os procedimentos vigentes para neutralizar fortemente a possibilidade de emancipação e de construção de uma sociedade alternativa *para além do capital*.

O que se coloca hoje é a necessidade imperativa de manter as lutas e mobilizações, de se perceber que todo e qualquer processo só pode ser obra coletiva de militantes de diversas orientações unificados em torno de um projeto de transformação social e não de uma vitória eleitoral.

A questão da organização da vontade coletiva nacional-popular realmente democrática é uma temática rica colocada para a militância. Partindo do sentido gramsciano de intelectual como aquele que pensa e atua na perspectiva da construção da nova sociedade, a questão do novo partido é premente. Partido que reúna os militantes combativos e classistas e que elabore, com a população, um projeto da sociedade socialista é hoje a tarefa mais rica e mais nobre. Quem recusa a limitação dos projetos pela adequação a uma *realpolitik* está diante da tarefa de sua implementação. A tarefa da emancipação social.